

DIVERSIDADE SOCIAL

A noção de *diversidade* tem uma longa história na configuração das ciências sociais. Está associada à construção de explicações científicas sobre os complexos modos de organização dos grupos humanos e ao seu desenvolvimento histórico. O conceito básico constrói-se a partir da antropologia, com a noção de *diversidade cultural*, à qual se articulam conceitos derivados como os de *diversidade étnica*, *diversidade linguística*, *diversidade religiosa* e *diversidade social*, entre outros. Também contribuíram as ciências naturais, particularmente a biologia, com o estabelecimento da *diversidade das espécies*, explicada pela *evolução*.

Os grandes descobrimentos geográficos realizados durante as expedições iniciadas pelos europeus no século XIII e continuadas até os séculos XV e XVI foram os eventos catalisadores desse processo. O descobrimento dos novos continentes com sua população evidenciou as notáveis diferenças existentes entre os europeus e os nativos das terras descobertas e serviu de base para a construção do conceito de *progresso*, cunhado pela Ilustração francesa para sustentar a ideia da superioridade do mundo europeu que haveria superado estados de selvageria e barbárie até chegar à civilização. Nesse contexto, a diversidade se ocultava sob uma linha do tempo que mostrava os “selvagens” como expressão de estados prévios já percorridos pelos europeus. A diversidade se ocultava em estágios sucessivos que mediam fases de uma mesma trajetória que alguns povos tinham conseguido superar, enquanto outros não.

Esse processo se acentuou com a dominação colonial dos séculos posteriores. O regime colonial serviu como método moderno de acumulação originária de capital e como ingrediente ideológico para o ocultamento da diversidade; para consolidar a ideia de um mundo homogêneo no qual a diferença era considerada perigosa e ruim, condição que devia ser superada para a conformação dos modernos estados nacionais. A unidade de credo e de língua, por exemplo, foi considerada condição para a existência desses estágios. O que não se parecesse ao mundo europeu deveria ser considerado inferior e atrasado. Não existia diversidade religiosa, apenas fiéis e infiéis, crentes e hereges; não havia diversidade étnica, mas apenas brancos civilizados e negros e índios selvagens e bárbaros.

Pouco a pouco, a antropologia e outras disciplinas foram avançando na compreensão da complexidade cultural. Introduziram-se noções como a *variação cultural*, o *relativismo cultural*, a *variação individual*, a *adaptação cultural*, entre outras, e criaram-se orientações teóricas para sua compreensão, algumas das quais chegaram a converter-se em escolas: *evolucionismo precoce*, *particularismo histórico*, *difusionismo*; *funcionalismo*, *estrutural-funcionalismo*, *cultura e personalidade*, *evolucionismo tardio*, *estruturalismo*, entre outras. Posteriormente se desenvolveram orientações como a *etnociência*, a *ecologia cultural*, a *antropologia simbólica* e a *antropologia cognitiva*.

O campo se complexificou tanto que se constituiu o âmbito dos *estudos culturais*, de caráter interdisciplinar, o qual aborda os temas *multiculturalidade*, *interculturalidade*, sociedades e Estados *pluriétnicos*, entre outros. Nesse processo, outras disciplinas abordaram o tema das diferenças existentes “nos” e “entre” os grupos humanos. A sociologia, por exemplo, tratou de maneira precoce o tema da *estratificação social*. Em debate com a antropologia, falou-se em *sociedades igualitárias* e *sociedades estratificadas*, em contraste com a proposta marxista que explicava as desigualdades e as diferenças sociais acudindo ao conceito rigorosamente definido de *classes sociais*. A análise das *castas* adicionou um novo elemento a esse processo. A tecnologização eletrônica, as comunicações e as teorias de sistemas, da complexidade e do caos, geraram recentemente programas como os das *culturas híbridas*, as *frentes culturais* e as diferentes versões da chamada *antropologia pós-moderna*.

No entanto, a questão que ainda se faz presente é aquela herdada da construção da modernidade. O colonialismo e a configuração dos estados nacionais atribuíram à educação e à escola um lugar de privilégio em relação ao tratamento da diferença. A educação e a escola se conceberam como fator de homogeneização em contextos de relações de dominação e subordinação. Ambas ocultavam a heterogeneidade e buscavam a homogeneidade. A *regra* dominou o cenário educativo através da assimilação das práticas eclesiais ao mundo educativo. A autoridade e o ensino pautaram os conteúdos e os ritmos da educação. Só de maneira tardia apareceram, por exemplo, as pedagogias que davam conta da complexidade e da diversidade dos sujeitos da educação.

Nesse contexto, a Escola como reguladora de um enfoque de educação para a homogeneidade entra em crise. A diversidade, problema para a unificação do estado nacional, emerge agora como fator de construção de propostas contra-hegemônicas. A crise do modelo capitalista mostrou um extraordinário incremento das desigualdades e da pobreza. As diversidades étnica, linguística e religiosa se somam à complexificação da pobreza e à emergência de novos atores sociais que reivindicam especificidades para sua condição de deslocados pela violência, migração forçada, precariedades relacionadas com a vulnerabilidade de sua condição de pobres que poderiam lançá-los à indigência, exclusões e discriminações no acesso e no uso dos recursos gerados pela produção, reivindicação de identidades sexuais e de gênero não convencionais e, em geral, reivindicações relacionadas com a reação contra a exclusão e com a exigência de reconhecimento e aceitação das diferenças. É a afirmação das identidades o que tem dado visibilidade à diversidade.

Essa nova situação tem convertido a questão da diversidade em objeto de atenção das políticas públicas. No marco das reformas iniciadas em princípios dos anos noventa, sua discussão associou-se a temas como a inclusão, a equidade, o reconhecimento do outro, assuntos que formam parte do debate mais amplo relacionado aos limites e às possibilidades da democracia ou, igualmente, à construção e consolidação de alternativas radicalmente democráticas de poder. Tal é o contexto em que os docentes atuais exercem seu trabalho.

ORLANDO PULIDO CHAVES

AUGE, M. *Hacia una antropología de los mundos contemporáneos*. Barcelona: Gedisa, 1995.

BOAZ, F. *Cuestiones fundamentales de antropología cultural*. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1964.

GARCIA C. N. *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1989.

GEERTZ, C. et al. *El surgimiento de la antropología posmoderna*. 2. ed. Barcelona: Gedisa, 1992.

GONZÁLEZ, J. A. *Más (+) cultura (s): ensayos sobre realidades plurales*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1994.

KROEBER, A. L. *The nature of cultura*. Chicago: The University of Chicago Press, 1952.

LOWIE, R. *La sociedad primitiva*. Buenos Aires: Amorrortu, 1979.

MEAD, M. *Educación y cultura*. 3. ed. Buenos Aires: Paidós, 1972.

MORGAN, L. H. *Sociedad primitiva*. 4. ed. Bogotá: Ayuso, 1980.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Antropología*. São Paulo: Ática, 1978.

UNESCO. *La discriminación y el pluralismo cultural en la escuela*. Santiago de Chile: OREALC, 2005

UNESCO. *Diversidad cultural: materiales para la formación docente y el trabajo de aula*. Santiago de Chile: OREALC, 2005.